

Subjetividade & pesquisa: expressão de uma identidade

Subjectivity & research: expression of an identity

R esumo

O presente ensaio expressa uma miúda sistematização teórica, sobre a relação da subjetividade e o processo de pesquisa qualitativa na área humano-social. Entendendo o “fazer pesquisa”, como um processo marcado pela busca de um conhecimento, mediante condições objetivamente dadas e cujas escolhas e caminhos não são aleatórios, mas, desejados, conquistados por um pesquisador, inserido em determinado espaço e tempo. Com este sentido, discorrer sobre tais assuntos, pressupõe, em um primeiro momento, elaborar um pequeno inventário sobre os termos identidade e subjetividade e, em seguida, a relação dos mesmos com a pesquisa.

Palavras-chave: identidade, subjetividade, procedimentos de pesquisa.

A bstract

This study presents a brief theoretical systematization of the relationship of subjectivity with the process of qualitative research in the human and social sciences. With “research” understood as a process marked by the search for knowledge, through objectively given conditions and which has choices and routes that are not random but desired and conquered by a researcher and inserted in a given space and time. In this sense, a discussion of these issues calls in the first place for the elaboration of a brief analysis of the concepts of identity and subjectivity and then a presentation of the relationship of these concepts with the study.

Key words: identity, subjectivity, research procedures.

Latif Antonia Cassab

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Professora e pesquisadora, em caráter temporário, no Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR.

À Amanda, com amor!

Identidade e subjetividade: questões conceituais

Se tomamos do cálice de sabedoria das grandes tradições culturais da humanidade, saboreamos e nos apeteçamos com o vinho primoroso da máxima: Tudo muda. Só o movimento permanece.

Miguel Almir Lima de Araújo

7 nicialmente, pretendo apresentar conceitualmente os termos identidade e subjetividade, imprimindo um significado teórico, mesmo que relativo e provisório, sobre cada um dos termos, de forma distinta e, posteriormente, oferecer algumas considerações sobre a relação de ambos.¹

Sobre identidade

Somos o sendo. Somos aquilo que nos tornamos na calidez de cada vivência pulsante regada na labilidade da cotidianidade.

A cada passo que damos como eternos aprendizes, abertos para a eterna novidade do mundo, passamos a ser outro, nos repertórios de nosso sentir e de nosso pensar, nessa ciranda vadia da roda movente do viver.

Miguel Almir Lima de Araújo

Discorrer sobre identidade pressupõe considerar a intensa diversidade conceptual que a atravessa, expondo-a a inúmeras variações (JACQUES, 1998). Tal imprecisão não se restringe somente ao universo da vida cotidiana, do senso comum,

mas faz parte de inúmeros campos do conhecimento científico, que dela se têm ocupado; como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia e outros.

Segundo Jacques (1998, p.159),

A importância conferida ao estudo da identidade foi variável ao longo da trajetória do conhecimento humano, acompanhando a relevância atribuída à individualidade e às expressões do 'eu' nos diferentes períodos históricos.

Durante a Antigüidade clássica registra-se um período de intensos estudos sobre a questão da identidade, predominando a valorização da vida individual e do mundo interno. Enquanto no período medieval, no regime feudal, verifica-se um acentuado declínio relativo a estes estudos, em decorrência da influência da “[...] concepção cristã de homem e do corporativismo feudal, fazendo com que historiadores remetam o aparecimento da individualidade aos séculos XI, XII e XIII” (LAURENTI; BARROS, 2000, p. 2). Somente durante o romantismo, devido ao alto grau de estudos referentes ao egocentrismo e à introspecção, outras condições se estabelecem, contribuindo para o fazer teórico sobre a identidade.

Historicamente, o termo “personalidade” era então atribuído ao que se entende hoje por “identidade”. Era compreendido a partir de uma perspectiva individualista que, por sua vez, fundamentava os princípios da ciência médica, atribuindo-lhe um caráter de “normalidade”, “patologia”, “natural” e o “inerente”.

Mas, a ênfase atribuída às dimensões biológica e individual – sustentadas por uma estrutura psíquica, enquanto um processo normativo – ocasionava uma dicotomia entre o

[...] indivíduo e o grupo, entre o homem e sociedade. A história social e singular do indivíduo participava ape-

nas como pano de fundo para a expressão dos comportamentos ‘sabidamente’ conhecidos (LAURENTI; BARROS, 2000, p.2).

Neste sentido,

[...] a identidade passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias) (JACQUES, 1998, p. 161).

Atualmente, existe uma ênfase que ora se coloca na dimensão individual, ora no social, sob diferentes formas, apesar de permanecer o problema de origem, ou seja, a demarcação do território limítrofe do social e do individual.

A diversidade de qualificações e predicados atribuídos à identidade, como o termo “identidade social”, tem se destacado, por constituir-se e apontar às instâncias individual e social, tornando possível, assim, realizar algumas reflexões sobre a concepção de homem a partir do termo “identidade”. E, ainda, demonstrar como a identidade é construída na relação que se estabelece entre o individual e social.

Porém, ainda persiste na literatura sobre este assunto,

[...] um entendimento do homem como sendo dois; coexistindo independentemente e/ou separadamente um ‘eu’ e um homem que se relaciona com outros homens (JACQUES, 1998, p. 3).

Segundo Laurenti e Barros (2000, p.4),

Não há uma separação, mas sim uma articulação, em que os limites, se é que realmente existem, entre o social e o individual se confundem. Para existir um, são necessários

dois, não apenas do ponto de vista da concepção, da genética, da sobrevivência, mas, sobretudo em se tratando do homem ser reconhecido como tal; o homem só se vê como homem se os outros assim o reconhecerem. Sob essa perspectiva, é possível conceber a identidade pessoal como, e ao mesmo tempo, social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias.

Esta dualidade, para a compreensão sobre identidade, fundamenta-se na concepção de homem como idéia de natureza humana, pressupondo que as potencialidades humanas são pré-determinadas desde o nascimento e cabe ao ambiente social propiciar condições para que as mesmas se manifestem e desenvolvam-se, remetendo a ambiência a um patamar menos privilegiado.²

Mas, distinta desta idéia de natureza humana, uma outra concepção de homem se apresenta: como ser sócio-histórico, inferindo à dimensão biológica, psíquica, uma outra condição, sustentada por um desenvolvimento sócio-histórico.

Assim o homem se constitui, a partir de um suporte biológico que lhe dá condições gerais de possibilidades (próprias da espécie Homo Sapiens) e condições particulares de realidade (próprias de sua carga genética). No entanto, as características humanas historicamente desenvolvidas se encontram objetivadas na forma de relações sociais que cada indivíduo encontra como dado existente como formas históricas de individualidade, e que são apropriadas no desenrolar de sua existência através da mediação do outro (JACQUES, 1998, p. 162).

O contexto social propicia as condições para as mais variadas expressões e modos de identidade, o que pressupõe compreender a identidade como um produto em permanente construção, ou seja, não apenas em seu aspecto representacional, mas principalmente, em seu processo operativo, expressando uma totalidade constituída pela diversidade e pela síntese de múltiplas determinações (CIAMPA, 1984).

O processo identitário “de vir a ser” possui um caráter dialético que, por sua vez, segundo Gadotti (1983), apresenta-se em “leis” ou “princípios”.

São eles:

- O princípio da totalidade, significando que,

[...] não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1969, p. 42).

Ou seja, a parte materializa o todo, porém o todo não é a soma das partes, nem é a parte, o todo. Desta forma, busca-se entender os fenômenos e os objetos a partir de uma totalidade concreta. “Nada é isolado. Isolar um fato, fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento neste isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo” (LEFÈBRE, 1975, p. 28).

Para Ciampa (1984, p. 65),

[...] não há possibilidade de isolar uma parte dos elementos biológicos, psicológicos, sociais e outros, os quais podem caracterizar um indivíduo, identificando-o e, de outra parte, a representação desse indivíduo como uma

duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há como uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado.

- O princípio do movimento.

Como característica inerente de todas as coisas, também a identidade é afetada pelo movimento, no sentido de se transformar, metamorfosear (CIAMPA, 1984), o que conduz a perguntar não como a identidade “é” construída, mas como “está sendo” construída.

A qualidade dos movimentos de nossas metamorfoses nos fazem brotar sempre novos e revivificados. A verve de nossa sensibilidade criadora nos proporciona essa eterna rotação evolutiva na roda viva da história humana/transumana (ARAÚJO, 1998, p. 4).

- O princípio da mudança qualitativa.

Esse princípio revela que não há um processo circular para transformação das coisas, como uma eterna repetição, ou seja,

[...] uma repetição do velho. Como é gerado o novo? Esta mudança qualitativa se dá pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produzem qualitativamente o novo (GADOTTI, 1983, p. 26).

No processo de engendrar o novo, muitas vezes as mudanças não são perceptíveis, isso em virtude da rapidez na sucessão das transformações

ocorridas, necessitando, assim, de um acúmulo na quantidade para que o “novo” seja apanhado pela percepção do homem.

Mas o inverso também ocorre, quando a mudança se torna mais visível. Deduz-se que ocorreu um “de repente”, mas, o que se constata é o acúmulo de elementos que se tornam mais distintos ou mais facilmente captáveis.

A identidade é uma sucessão temporal com mudanças muito pequenas. Na relação do indivíduo com outros homens “as identidades” vão sendo repostas e cada re-posição não é a mesma, as condições objetivas são outras, outros significados vão sendo dados e internalizados mesmo que imperceptíveis, pois como matéria estamos em constante transformação. Esta plasticidade permite ao homem a construção da sua singularidade, da sua identidade e de seu vir-a-ser (LAURENTI; BARROS; 2000, p. 8).

No dia-a-dia, novos acontecimentos e significados são produzidos e agregados à vida, tornando o homem e o mundo “qualitativamente” diferentes. Mas, produzir o novo, envolve uma dinâmica, a qual possibilita à identidade pressuposta ser re-posta continuamente. Importante neste processo é não confundir a re-posição com o processo de movimento posto à identidade.

A re-posição é vista como algo dado e não como um se dando, num contínuo processo de identificação, devido ao fato de que as diferenças, a cada re-posição muitas vezes são pouco perceptíveis (LAURENTI; BARROS, 2000, p. 8).

E, por fim:

- O princípio da contradição.

Tal princípio expressa-se pela coexistência de forças, interesses opostos, no interior de uma unidade, gerando um movimento transformador, “[...] de caráter universal e inerente a todas as coisas materiais e espirituais”(LAURENTI; BARROS, 2000, p. 8).

Com este propósito, a identidade se faz através da presença e do embate entre os elementos opostos, dados pelas dimensões biológicas, históricas e sociais, expressando-se, ao mesmo tempo, como diferença e igualdade.

A igualdade é expressa na história social compartilhada pela família, grupo social, localização geográfica, condições econômicas, culturais. A diferença pode ser entendida como a constituição da singularidade, a transformação da significação social em sentido pessoal; e isso se dá pela atividade, através da concretização de personagens. É nesse processo de externalização (atividade humana) que a sociedade chega a se constituir como produto humano (LAURENTI; BARROS, 2000, p.09).

Tal condição confere a um indivíduo ser diferente dos demais, mas que num mesmo espaço e tempo também pertença a um todo, confundindo-se com seus iguais.

Sobre subjetividade

Quem diz subjetividade, diz modos de ser! ³

Segundo Mezan (1997), a idéia de subjetividade, remete a compreender o termo, de várias maneiras.

Uma primeira, a partir de uma descrição fenomenológica, enquanto ex-

periência de si: o sujeito⁴ como foco e origem da experiência, ou seja, enquanto sujeito a “ser afetado” por algumas coisas, pessoas ou situações; e este “ser afetado” traduzindo-se, segundo Mezan (1997, p. 13), por uma vivência perceptível, em diferentes dimensões.

Segundo Chauí (1997, p. 23), a expressão “ser afetado”,

[...] é a maneira como Espinosa define a relação do corpo com outros corpos. Um corpo é um ser singular, constituído por relações internas de movimento e repouso de seus constituintes (outros corpos), que é uma potência de existir e de agir e que possui em si mesmo a força afirmativa para conservar-se na existência, só podendo ser destruído por forças externas mais potentes que ele. Para conservar-se, o corpo afeta outros corpos e é por eles afetado de muitas e variadas maneiras simultâneas.

A palavra experiência evoca algo próximo da consciência, como também envolve um aspecto emocional, mesmo porque não existe emoção inconsciente. Todo sujeito contém uma dimensão inconsciente que inevitavelmente virá co-determinar a natureza, a qualidade e a amplitude da experiência que ele tem de si. Contudo, percebê-la ou mesmo ter consciência da mesma não implica em que todos os seus aspectos sejam dados de uma só vez e em transparência absoluta, nem que o sujeito esteja imune às facetas propriamente inconscientes da sua ação ou de sua reação.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de ex-

periências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (BRANDÃO, 1999, p. 37).

Na acepção de Chauí (1997, p. 25), a pluralidade de experiências produzidas no presente, dadas pelas condições sociais, políticas e históricas constroem um núcleo coeso de sentido que detém uma forma e uma expressão e que, por sua vez, engendram a constituição da subjetividade atual.

Enfatiza, ainda, que

A ordem humana é a ordem do tempo, da linguagem e do possível ou criação histórica propriamente dita. A subjetividade é um nó de ações corporais e simbólicas originariamente intercorporais e intersubjetivas, das quais a consciência de si enquanto sujeito é um dos aspectos e não a definição (CHAUÍ, 1997, p. 19).

Uma outra forma de entender a subjetividade é como condensação de uma série de determinações, não mais no campo fenomenológico, mas, vislumbrando o sujeito⁵ no cruzamento de várias linhas de força, das quais ele determina algumas, enquanto outras o determinam. Sempre entre possibilidades e limites internos e externos a ele.

Assim, a constituição da subjetividade é engendrada pelas condições que estão “aquém” e “além” do indivíduo.

A condição “aquém” refere-se à estrutura física, biológica. Para ter vida psíquica é necessário estar vivo e, também, porque o corpo, com suas partes e suas funções, é objeto de investimento e de representação no psíquico.

Uma outra condição situa-se “além” do sujeito. Há na sociedade a cultura – produto dos sujeitos históricos – onde irá viver o recém-nascido, sendo a ele transmitidos os costumes, as crenças e os valores próprios àquela civilização.

Desta forma, as determinações, por natureza, situam-se em dimensões extra-individuais, transcendendo a condição de experiência de si pelo sujeito. São determinações que, de algum modo, conformam ou pelo menos designam certos limites e condições dadas à subjetividade, seja através de processos biológicos, sociais, culturais, psíquicos, que começaram antes e continuam além desta.

Portanto,

O ponto fundamental é o seguinte: a subjetividade é instituída socialmente. Ela é uma criação da sociedade, da mesma forma que a língua, as regras de parentesco, os valores ou os métodos de trabalho. Toda sociedade, para sobreviver como tal necessita produzir modos de aculturação eficazes, isto é, capazes de transformar recém-nascidos em membros daquele grupo, aptos a funcionar segundo suas regras e eventualmente transgredi-las, e também aptos a, chegado o momento, transmitir à geração seguinte o que faz da sua sociedade aquela e nenhuma outra (MEZAN, 1997, p. 15).

Como resultado deste processo, pode-se conceber a subjetividade de um indivíduo como condensação de fatores que combinados produzem uma modalidade específica de organização subjetiva, a qual se insere nas instâncias definidas a seguir.

- Singular – em que o indivíduo é reconhecido como único; aquilo que é próprio dele, pes-

soal, intransferível. É o campo das escolhas, paixões,

[...] dos atos de cada um, cada um dos quais vai se somando aos anteriores e com eles se amalgamando, de modo a constituir cada pessoa como aquela que é e não outra (MEZAN, 1997, p. 13).

- Universal – expresso pelo compartilhamento com outros seres humanos, como a linguagem, a sexualidade, as necessidades básicas, vida e morte.

Neste segundo plano, o que condiciona a subjetividade é o próprio da espécie, [...] e que constituem a humanidade do homem e determinam nossa condição comum (MEZAN, 1997, p. 14).

- Por fim, a instância do particular – terreno em que reside o que é próprio a alguns, mas não a todos.

É precisamente neste plano intermediário que cabe falar em ‘subjetividades’, no plural, já que nos outros dois só cabe o singular (minha subjetividade, a subjetividade humana em geral) (MEZAN, 1997, p. 14).

A expressão da subjetividade, nas instâncias supracitadas, não se resume em se manifestar em uma ou outra, comparecendo apenas como universal, singular ou particular, mas, através de uma totalidade. O homem enquanto ser ativo apropria-se da realidade social, atribuindo um sentido pessoal às significações sociais, caracterizando o mundo simbólico e imprimindo sua marca.

É essa subjetividade constituída por um universo de signi-

ficados que transforma o 'ser' em humano. O homem não cria apenas o mundo; cria sentido para o mundo em que vive. Traça caminhos, muda sua rota, altera sua 'pré-destinação' pelas ações que realiza junto com outros homens. Por isso, deve ser visto como 'se fazendo' e não 'feito' e 'acabado' (LAURENTI; BARROS, 2000, p.07).

Discorrer sobre a subjetividade, como uma construção permanente, através de uma processualidade histórica e vinculada ao conjunto das relações que permeiam a vida cotidiana, circunscreve a subjetividade do homem ao momento atual do mundo globalizado, marcado por um capitalismo desorganizado, a fim de explicitar as novas bases sobre as quais se articula o pessoal e o social na contemporaneidade.⁶

Quanto à relação entre os termos identidade e subjetividade – apesar de me apoiar em áreas distintas do conhecimento para tratar o termo identidade, como a Psicologia, a Antropologia, a Educação, a Sociologia, e o termo subjetividade, a partir, principalmente, da Psicanálise, da Filosofia, como das contribuições de Chauí – faço minhas considerações finais sobre tais assuntos, sempre com a mesma visão de homem e mundo, ou seja, a concepção dialética materialista histórica⁷.

Utilizando-me de uma metáfora, acredito que a identidade está para um corpo assim como a subjetividade está para alma, como um sopro vital.

Alma que habita e anima um corpo, que, por sua vez, não é somente uma estrutura biológica e psíquica cristalizada, mas um corpo moldado de acordo com seu meio sócio-histórico, revelando os embates travados em sua permanência no viver e personificando-se com um outro estatuto de “ser”.

Com este sentido, a subjetividade é parte intrínseca da identidade, con-

duzindo-a, enquanto representação individual e social, a contínuos patamares de sociabilidade.

A subjetividade da identidade está no 'vir-a-ser' na forma de personagens possíveis, está na plasticidade. O homem pode projetar um 'vir-a-ser' baseado nas experiências passadas, se, de alguma forma, o sentido dessas pretende preservar, e nesse processo procura criar condições objetivas que garantam a possibilidade de recriar no futuro, essas experiências; caso contrário pode criar novas condições para sua negação, conquistando assim, a superação. A superação pressupõe a concretização, isto é, só se pode superar aquilo que já foi concretizado, externalizado e, como foi dito, isso se dá pela atividade mediante o exercício de reflexão (LAURENTI; BARROS, 2000, p. 10-11).

Utilizando-me de uma metáfora, acredito que a identidade está para um corpo assim como a subjetividade está para alma, como um sopro vital

Finalizando, fica-me a impressão e o gosto de que a subjetividade expressa pela identidade revela o ser humano nos distintos jeitos de transitar, pelos tempos e espaços em que está destinado a ser sempre mais.

Subjetividade e pesquisa: a construção de um caminho

Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um 'saco vazio'. Não!

Temos vida, temos história, temos emoção!

Maria Lúcia Martinelli

Tratar sobre a relação entre subjetividade e o processo de pesquisa qualitativa, para a área humano-social, indica discorrer, em um primeiro momento, sobre o sujeito pesquisador, com seu suporte biológico e psíquico, encharcado de uma tradição, revelando-se a si próprio e ao universo em que transita.

Esta concepção, tenho como pressuposto que o pesquisador ao construir um caminho investigativo, pela via dos procedimentos metodológicos, fá-lo através de sua subjetividade, imprimindo a este *quefazer* muito de sua identidade. Como também, em estudos onde identidade e subjetividade se apresentam como categorias para análises, torna-se imprescindível compreender a visão de homem que orienta a construção de conhecimento.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperança o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (BOFF, 1997, p. 9).

O pressuposto, com o qual me identifico, e que participo aqui, é o de que a subjetividade e, por sua vez, a identidade do sujeito são engendradas

no processo histórico social, em um contínuo “vir a ser”, sem, no entanto, descuidar das determinações que as estruturas biológica e psíquica acarretam no processo representacional e operativo de ambas as categorias.

Compreendo o termo “sujeito”, considerando o indivíduo em duas perspectivas. A primeira, no sentido de construtor e condutor de sua vida, entre possibilidades e limites, detentor de intenções, que conduzem a escolhas, revelando sua dimensão cultural, política e seu horizonte de consciência. A segunda perspectiva, consequência da primeira, expressa a singularidade deste sujeito, ou seja, suas impressões, seu pareceres, suas peculiaridades, seu modo de ser. O que remete lidar com a questão da subjetividade de cada pessoa que narra... E a nossa também! E não trabalhar com a subjetividade e objetividade como elementos estanques e dicotômicos.

Sobre tal consideração, Martinelli (1994, p. 16) faz uma interessante observação:

[...] nossa possibilidade de conhecer o outro depende do conhecimento que temos de nossa subjetividade e de nossa disponibilidade para também nos revelarmos nesse encontro. Dificilmente construiremos um clima de diálogo, se também não expressarmos nossa condição de sujeitos.

Ao mesmo tempo, não há como separar o sujeito cognoscitivo – pesquisador – do objeto e dos sujeitos a serem conhecidos, isto é, não ser concebido como um sujeito meramente especulativo, que deva controlar sua subjetividade, saindo de si mesmo, para produzir um conhecimento que sirva para explicar a realidade, como se essa caminhasse à margem de sua existência. O que não invalida a existência de uma realidade objetiva, independente e exterior ao pesquisador,

mas apenas afirmar que o conhecimento não está dado fora de uma prática social maior.

Desta forma, sua atitude, em face da realidade, é a de um ser que atua objetivamente sobre a natureza e sobre os homens a fim de satisfazer suas finalidades. Por isto, a realidade não se lhe apresenta como algo que lhe é exterior, distante de sua realidade e que deva ser compreendida teoricamente, mas, como campo no qual exercerá sua atividade, produzindo conhecimento teórico-prático dessa mesma realidade. Ou seja, o mundo objetivo, apreendido com plena significação subjetiva, atribuindo-lhes sentidos à realidade objetiva.

Advoga a pesquisa qualitativa, que o cenário humano-social é constituído pela complexidade, por contradições existentes nos fenômenos e permeado pela imprevisibilidade e originalidade das relações interpessoais e sociais, necessitando de uma especificidade epistemológica e, consequentemente, metodológica ao fazer ciência.

As realidades sociais se manifestam de formas mais qualitativas do que quantitativas, o que dificulta, inviabiliza em determinadas situações, procedimentos e aferições exatas. Os processos sociais, como a democracia, não se tem como mensurar, saber qual seu tamanho, seu contorno, mas apenas eger valores, condutas, seu significado, sua abrangência, entre outros aspectos, que o traduza.

A pesquisa qualitativa tem como preocupação um nível de realidade que não pode ser quantificado – e compreender e explicar a dinâmica das relações sociais as quais, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Enfatiza-se a vivência, a experiência, a cotidianidade e também a compreensão das estruturas e insti-

tuições como resultados da ação humana objetivada, o que faz das práticas sociais, da linguagem e outros aspectos da vida social, aspectos inseparáveis um do outro.

A pesquisa, como um estudo sobre determinado(s) assunto(s), se traduz em uma processualidade cuja investigação tem início com um problema – No meio do caminho,

*No meio do caminho tinha
uma pedra
tinha uma pedra no meio do
caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha
uma pedra.
Nunca me esquecerei desse
acontecimento
na vida de minhas retinas
tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que
no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do
caminho
no meio do caminho tinha
uma pedra.*

Carlos Drummond de Andrade⁸

A enunciação de um problema, em um projeto de pesquisa, revela-se como a escolha de um assunto a ser investigado, que por sua vez, “diz” um pouco do que somos. Como também, toda ação humana – como fazer pesquisa qualitativa – não exclui dos sujeitos da pesquisa (pesquisador e pesquisado) o caráter político de suas atividades – não existe neutralidade política. Ao contrário, o fazer pesquisa qualitativa é um exercício político, encharcado de intencionalidades.

No momento em que estabelecemos o desenho da pesquisa, em que buscamos os sujeitos que dela participarão, estamos certamente

apoiados em um projeto político singular que se articula a projetos mais amplos e que, em última análise, relaciona-se até mesmo com o projeto de sociedade pelo qual lutamos (MARTINELLI, 1994, p.16).

Conclui-se, assim, que haja identidade, proximidade com o que se pretende estudar e descobrir. Ou seja, a identidade com o assunto em pauta, possibilita ao pesquisador uma prévia resposta à indagação formulada, pois pressupõe que este tenha uma experiência, um estudo prévio sobre a temática escolhida, e de preferência, aliado a uma vivência empírica. Considerando, ainda, a condição de singularidade dos sujeitos envolvidos na problemática, conhecendo-os, permitindo que revelem sua experiência social e como constroem seu modo de vida, – este contato direto propicia que se conheçam seus sentimentos, valores e práticas sociais e como os acontecimentos rebatem e são absorvidos em seu cotidiano.

Mas, conhecer modos de vida é diferente de conhecermos condição de vida.⁹ A condição de vida expressa as circunstâncias materiais de produção e reprodução da vida. O modo de vida expressa uma experiência social do sujeito. No entanto, indagar sobre qual maneira, por pensamentos e práticas sociais tal sujeito produz sua vida, implica conhecer sua experiência social, não o desconectando da estrutura em que se encontra inserido, considerando seus sentimentos, suas perspectivas e, principalmente, sua cultura.

Porém,

[...] falar em estruturas de sentimento entre pessoas que se constituem num grupo cultural comum, não significa considerar, no entanto, essa cultura como uma unidade (KHOURY, 2001, p. 97).

Ao considerar os diferentes pontos de vista dos indivíduos, os estudos qualitativos possibilitam iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo

Sobre este assunto, Martinelli (1994, p. 15) também se posiciona, ao relatar que, apesar de não se tratar de pesquisa com grande número de sujeitos – pois não se busca medida estatística, mas se aproximar de significados, de vivências – há a necessidade de que o conhecimento que se busca, na relação com o sujeito com o qual se está dialogando, seja o mais pleno possível. Tal condição favorece o pesquisador para que componha intencionalmente o seu grupo de sujeitos, e o qual, por sua vez, detém “[...] uma referência grupal expressando de forma típica o conjunto de vivências e seu grupo” (MARTINELLI, 1994, P. 15). Ou seja, expressando uma cultura, não como uma unidade, mas como uma referência do grupo social a que pertence.

Ao considerar os diferentes pontos de vista dos indivíduos, os estudos qualitativos possibilitam iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo.

Os significados impressos pelas pessoas às coisas e à sua vida devem ser focos de atenção do pesquisador; o qual precisa de acuidade com suas percepções, ao revelar os pontos de vista dos indivíduos. Deve, por isso, encontrar meios de checá-las, discutindo-as abertamente com os partícipes do processo de pesquisa ou confrontando-as com outros pesquisadores

para que elas possam ser ou não confirmadas.¹⁰

A consideração por outros referenciais, com o intuito de maior proximidade com os sujeitos de pesquisa e o conhecimento de suas condições de vida, tem propiciado rica polifonia com outras áreas do saber, possibilitando ao pesquisador outros olhares sobre as definições de seu objeto de pesquisa – ampliando-o e tonalizando-o com outros matizes – resultando em trabalhos interessantes, os quais não teriam sido possíveis ou, muitas vezes, sequer iniciados diante de constatação preconceituosa de que tais fontes seriam inviáveis.

O que implica para ambos sujeitos da pesquisa, que “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele – linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE, 1982, p. 22) propiciando à percepção apoderar-se dos sonhos e gostos, inquietações e reivindicações, crenças, valores, ligados a contextos mais amplos que o do mundo imediato, ou seja, da ambiência em que se pesquisa.

Nesta direção, Freire (1982, p. 22) enfatiza que

[...] podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de escrevê-lo ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Esta leitura crítica, expressa por Freire (1982, p.23-24) com a “palavramundo”, possibilita aos sujeitos uma compreensão diferente da sua condição humana e social, que

[...] associadas sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização podem se cons-

tituir num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação de contra-hegemonia.

O contato direto com o sujeito da pesquisa é condição *sine qua non* para captar a percepção que detém sobre sua vida e os aspectos sociais que a engendram; bem como não desconectá-lo de sua estrutura, “[...] buscando entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana” (MARTINELLI, 1994, p. 14). O resultado das “falas” e observações feitas pelo pesquisador não pode ser produto de um sujeito postado fora das significações que os indivíduos atribuem aos seus atos; mas expressar o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas.¹¹

Esforça-se o pesquisador em

[...] aprender a construir as categorias, explorar as experiências vivenciadas e descobrir, neste diálogo constante com as fontes (sujeitos), as possíveis leituras de outras experiências, de outras realidades (FENELON, 1995, p. 80).

Considerando não apenas as relações econômicas de seus sujeitos, mas seus modos de vida, suas lutas diárias, ou seja, a produção de sua condição de vida, os desafios que lhes são impostos cotidianamente, considerando os aspectos políticos que perpassam pela construção da vida humana e social – sendo intrínseca a relação histórica e política no “fazer-se” sujeito e produzir a vida. Assim, “[...] a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1994, P. 229).

Considerações finais

Fazer pesquisa qualitativa remete, necessariamente, considerar a subje-

tividade do pesquisador em todo o processo investigativo, bem como dos sujeitos que dela serão parte, sem, no entanto, caracterizar seus resultados como não científicos. A ciência não é neutra, asséptica, desprovida de sentidos. Muito pelo contrário. É produto de escolhas, intenções, de homens-pesquisadores que detêm determinados projetos político-sociais, marcados e revelando-se por condicionantes sócio-históricas.

Com este propósito, é imprescindível que o pesquisador reconheça a necessidade de elucidação quanto aos procedimentos metodológicos, presentes desde os primeiros passos, na elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa, evidenciando uma proposta de encaminhamentos de estudos, a fim de se alcançar o objeto de estudo, satisfazendo os objetivos elencados e permitindo que o pressuposto investigativo seja colocado à prova.

Mais, conferindo ao trabalho de estudo e pesquisa a qualidade de abstrair considerações ao fim de todo o processo de investigação. Tal abstração aliada à capacidade de expressar claramente os procedimentos metodológicos desenvolvidos é, em minha opinião, o que confere cientificidade à produção de conhecimento na área humano-social.

Além disso, considerar que:

- Nas ciências humano-sociais seu objeto possui um caráter histórico. Ser histórico expressa a situação de “estar” e não o de “ser”, e detém na provisoriedade processual sua marca fundamental; significando que nunca as coisas “são” definitivas, mas “estão” sempre em transição. Ou seja, é um processo do vir-a-ser, inacabado e inacabável, permitindo a superação e o aperfeiçoamento.
- A presença de identidade entre sujeito e objeto. O investigador sempre mantém uma relação, uma proximidade, de maior ou

menor intensidade, com o objeto em estudo. Nunca, esta relação é totalmente estranha e exterior; mesmo em circunstâncias diversificadas – considero esta dimensão própria da condição humana. Diferente de um estudo natural, onde se investiga, por exemplo, os elementos de um cristal sob um microscópio.

- O caráter ideológico das ciências humano-sociais. A ideologia é parte intrínseca do objeto das ciências sociais; não que nas ciências naturais e físicas não exista – seu objeto está envolvido em aspectos ideológicos – mas de forma extrínseca, no possível uso que se faz de seus conhecimentos; como, por exemplo, a invenção do avião, da bomba atômica, marcam tal situação. Não existe um resultado natural, físico de pesquisa, que não seja feito em contexto histórico específico e com fins ideológicos. Não existe inocência!
- Por último, a imbricação da prática para além da teoria. As ciências sociais têm, no decorrer dos anos, retratado o trajeto histórico prático dos homens, em seus espaços e tempos em que vivem. O conhecimento oriundo da pesquisa é ele próprio “aplicado” no mesmo tempo e espaço, na mesma prática desenvolvida pelos indivíduos – trata-se assim de um conhecimento intrínseco à prática humana.

Finalizando, quero enfatizar que desenvolver um projeto de pesquisa qualitativa, para a área da ciência humano-social é, para mim, ponderar sobre a vida e as múltiplas facetas e matizes que a constituem. É captar, apreender e, principalmente, ter uma percepção crescente quando ao olhar o outro em sua dimensão humana, percebê-lo em sua quase plenitude –

em seus anseios e desejos, contidos e realizados. Ou seja, captar este conhecimento, tão vivo e tão quente, que “fala” do humano, de sua mentalidade, seus sentimentos, de seu modo e condição de vida.

Recebido em 11.08.2004. Aprovado em 21.09.2004.

Referências

- ANDRÉ, M.; LUDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- ARAÚJO, M. A. L. Tudo muda. Só o movimento permanece. *Revista Dois Pontos – Teoria e Prática em Educação*, Belo Horizonte/MG; v. 4, n. 37, mar./jul. 1998.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOCK, A.M.B. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia – Ciência e Profissão*, Revista dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.
- BOFF, L. *A águia e a galinha*. Uma metáfora da condição humana. 22. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, R. C. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 41. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.
- CHAUÍ, M. Subjetividades contemporâneas: comentários. *Revista Subjetividades Contemporâneas*, n. 1, p. 18-25. São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, 1997.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S.T.M (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-75.
- FENELON, D. R. E.P. Thompson – história e política. *Revista Projeto História*, n. 12, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados & Cortez, 1982.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Autores Associados, 1983.
- JACQUES, M. G. C. Identidade. In: STREY, M. N et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p. 159 – 167.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista Projeto História*, n. 22, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- LAURENTI, C.; BARROS, M.N.F. Identidade: questões conceituais e contextuais. *Revista Psi*, Londrina/PR, v 2, n.1, jun.2000. Disponível em: <<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2004.
- LEFÈBRE, H. *Lógica forma, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINELLI, M. L. Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. *Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade*, n. 1, p.1-18, São Paulo: PUCSP/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 1994.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã* (I – Feuerbach). 9. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MEZAN, R. Subjetividades contemporâneas? *Revista Subjetividades Contemporâneas*, n. 1, p. 12-17. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1997.
- QUEIROZ, M. I. P. Problemas na proposição de pesquisas em Ciências Sociais. In: LANG, A. B. da S. G (Org.) *Desafios da pesquisa em Ciências Sociais. Coleção Textos*, n. 8, São Paulo: CERU, 2001.
- REVISTA VÉSPER. Estudos Orientados. Carlos Drummond de Andrade. 2004. Disponível em: <http://www.escolavesper.com.br/carlos_drummond_htm>. Acesso em: 7 ago. 2004.
- STREY, M. N. Gênero. In _____ et al. *Psicologia social contemporânea: livro texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Notas

- 1 Haja visto que nos inúmeros documentos pesquisados, não há indicação – apesar dos conteúdos serem próximos e parecer se tratar de um único assunto, porém com termos diferenciados – de subsídios teóricos que expliquem a relação entre identidade e subjetividade. Ora encontrava textos cujos conteúdos eram designados no campo da subjetividade ora, conteúdos designados como identidade, porém, sem menção de vínculos entre os mesmos.
- 2 De acordo com Bock (1997, apud LAURENTI; BARROS, 2000), tais considerações são encontradas nas perspectivas naturalista, essencialista e maturacionista que colocam no indivíduo a origem das funções psíquicas encontradas no substrato biológico.

- 3 É com este sentido que Mezan (1997, p. 12 –17) e Chauí (1997, p. 18-25) discorrem sobre o assunto.
- 4 Importante esclarecer que a palavra **sujeito** é utilizada aqui como substantivo, é invariável quanto ao gênero, onde se classifica como uniforme (sobrecomum), ou seja, “substantivos sobrecomuns designam pessoas e têm um só gênero, quer se refiram a homem ou a mulher” (CEGALLA, 1999, p. 135). No entanto, compartilho com a idéia de que a identidade e subjetividade de homens e mulheres são construídas socialmente pelas diferenças postas pela condição de gênero. Porém, neste trabalho, não incluo a variável de gênero para discutir a questão da identidade e da subjetividade, presentes no processo investigativo. Sobre este assunto, há um interessante trabalho de Strey (1998).
- 5 Para Mezan (1997, p. 13) o termo “sujeito” pode ser compreendido a partir de duas condições: uma em que o ser humano situa-se na condição de ser determinado, com atitudes de dependência, passividade, submissão; como exemplo: sujeito às leis. Outra, na condição de liberdade de ação, iniciativa, como exemplo, sujeito de direitos. Desta forma, a expressão “sujeito” situa-se no cruzamento de linhas de força, onde em uma dada condição pode ser determinado, em outra, ser determinador.
- 6 Confira em Laurenti e Barros (2000, p. 07).
- 7 Quando indico tal concepção, faço-a tendo como referência a obra *A ideologia alemã*, de Marx e Engels (1993).
- 8 *Provavelmente este é o mais polemico poema da história do Modernismo, por sua concepção e sua estrutura revolucionárias: os versos se repetem, circulares, em torno da pedra (a frase vai até*

a pedra e volta, sem ultrapassá-la). Por essa organização sintática, pelo radical coloquialismo da linguagem, pelos inumeráveis leituras metafóricas que possibilita, este poema tornou-se um símbolo da poesia de Drummond e do Modernismo brasileiro, No meio do caminho, de poesia antipoética, de lírica antilírica, ilustra a travessia do poeta e de todos nós entre o individual e o social, o coração e a pedra no meio do caminho, o mundo (REVISTA VÉSPER, 2004).

9 Confira em Martinelli (1994, p. 14).

10 Confira em André; Ludke (1986, p. 12-13).

11 Confira em Chizzotti (1991, p. 80).

Latif Antônia Cassab

latif_cassab@yahoo.com.br

cassab@zipmail.com.br

Universidade Estadual de Londrina
Departamento de Serviço Social.
Campus Universitário
Rodovia Celso Garcia Cid – PR 445
– Km 380
Caixa Postal 6001
Londrina – PR
CEP 86051-990